

Minuta

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2023, do Senador Eduardo Gomes e outros, que *altera o art. 103-B da Constituição Federal para incluir magistrados da Justiça Militar na composição do Conselho Nacional de Justiça*.

Relator: Senador **HAMILTON MOURÃO**

I – RELATÓRIO

Trata-se da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 4, de 2023, de autoria do Senador Eduardo Gomes e outros eminentes colegas, que propõe alterar a alteração do art. 103-B da Constituição Federal para incluir magistrados da Justiça Militar na composição do Conselho Nacional de Justiça, CNJ.

Distribuída, nos termos regimentais, a esta Comissão, veio a este Senador para apresentar o competente relatório que, se aprovado, será transformado em parecer.

Cuida-se, como dito à epígrafe, de uma alteração no art. 103-B da Constituição, que cuida do Conselho Nacional de Justiça, para lhe acrescentar três novos integrantes, oriundos da Justiça Militar, um deles Ministro do Superior Tribunal Militar, outro da Justiça Militar da União e o terceiro oriundo da Justiça Militar estadual ou do Distrito Federal.

Do ponto de vista formal, seriam promovidas duas alterações no artigo 103-B da Carta Magna, a primeira em seu *caput*, para dizer que o CNJ será integrado por 18 membros, não por 15, como reza o texto vigente, e a segunda para lhe acrescentar três incisos (III-A, IX-A e IX-B), para especificar os três novos integrantes desse importante Conselho.

Ao argumentar pela aprovação da iniciativa, assim articulam os seus autores:

O Superior Tribunal Militar (STM) é o primeiro e mais antigo Tribunal Superior do País, criado em abril de 1808 e, desde sua criação, há mais de 200 anos, exerce, sem interrupção, funções judiciais e administrativas como os demais Pretórios pátrios.

É indiscutível a importância da Justiça Militar da União (JMU), em especial nos dias atuais, em que as Forças Armadas têm sido chamadas para atuar na garantia da lei e da ordem. Dos Tribunais Superiores, apenas o STM não tem representação no CNJ.

Assim, o acréscimo de membros da JMU trará equilíbrio na representatividade dos segmentos presentes no Conselho. Esses magistrados virão para somar opiniões às dos demais membros do CNJ e, por serem familiarizados com as lides castrenses, contribuirão sobremaneira no enfrentamento dos desafios do Conselho.

Assim “em síntese, a presente proposição legislativa busca incluir três novos membros no Conselho Nacional de Justiça, oriundos da Justiça Militar, de modo a permitir a melhor apreciação das matérias que lhe são submetidas. Serão um Ministro do STM, um juiz federal da Justiça Militar da União, ambos indicados pelo STM, e um magistrado da Justiça Militar Estadual ou Distrital, escolhido pelo STM dentre aqueles indicados pelos Tribunais de Justiça”.

E assinalam, em conclusão, que, com a mudança proposta na composição do Conselho “As decisões do CNJ poderão ser mais bem examinadas quando o Conselho contar, em sua composição, com representantes da Justiça Militar, o que enriquecerá os debates e proporcionará decisões mais precisas no que se refere à Justiça Castrense e, assim, mais harmônicas com os interesses da sociedade afetada por essas decisões”.

Não foram apresentadas emendas à proposição, no prazo regimentalmente estipulado.

II – ANÁLISE

Nada vislumbramos, do ponto de vista formal, que possa obstar o devido exame da proposição pelo Senado Federal: com efeito, a PEC nº 4, de 20023, vem subscrita pelo número constitucional de membros do Senado, uma vez que recebeu o apoio de 32 Senadores e Senadoras, número

superior ao terço dos integrantes da Casa, em atenção ao que exige o inciso I do *caput* do art. 60, CF.

Tampouco vige, no território brasileiro, situação jurídica de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, a impedir o exame pelo Congresso Nacional de proposição legislativa dessa natureza, no chamado impedimento circunstancial ao exame de PEC (art. 60, § 1º).

Do ponto de vista regimental, a matéria foi regularmente distribuída a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em cumprimento ao que estabelece o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), em seu art. 101, I, c/c os arts. 211, I e 356.

No que diz respeito à constitucionalidade material da PEC nº 4, de 2023, entendemos que o seu conteúdo não traduz qualquer ofensa aos direitos e garantias individuais, os quais respeita, não guarda relação com o voto, direto, secreto, universal e periódico, ou com a forma federativa do Estado.

E cabe notar, no que se refere à separação dos poderes, que esse tema foi exaustivamente discutido por esta Casa, e pelo Poder Judiciário, que se manifestou mediante decisões do STF, quando do exame e aprovação da proposição que veio a converter-se na Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que promoveu a chamada Reforma do Judiciário, nela incluída a própria instituição do Conselho Nacional de Justiça.

Se o Congresso Nacional, na condição de poder constituinte reformador, pode criar o chamado ente de controle externo do Poder Judiciário, como ocorreu em 2004, com mais razão pode alterar sua composição, designadamente na forma como o faz a PEC nº 4, de 2023, com o fito de lhe ampliar a representatividade.

Cabe notar que a Proposta vem vazada em termos adequados e escorreitos, respeitantes do que prescrevem as regras de elaboração legislativa prescritas na Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre elaboração das leis, o que lhe confere o necessário selo da juridicidade.

Finalmente, no que diz respeito ao mérito da iniciativa, cabe-nos louvar os seus eminentes autores: com efeito, a Justiça Militar constitui a único ramo do Poder Judiciário de composição permanente – uma vez que os juízes eleitorais o são por prazo certo – que não dispõe de representação no CNJ.

Esse quadro faz da iniciativa ora sob exame, à parte de sua constitucionalidade, juridicidade e adequação regimental evidentes, também conveniente, necessária e adequada, além de tempestiva. Razões que nos parecem bastantes para lhe reconhecer o mérito e recomendar a sua aprovação.

Sem embargo, com o objetivo de aperfeiçoar a proposição sob exame, estamos apresentando emenda substitutiva, pelas razões que passamos a expor.

Conforme os termos em que foi apresentada, a PEC nº 4, de 2023, acrescenta à composição do CNJ 2 (dois) magistrados da Justiça Militar da União, um Ministro do STM e um Juiz Federal, indicados ambos pelo STM; e 1 (um) magistrado da Justiça Militar dos Estados ou do Distrito Federal, o que implica no aumento de 15 (quinze) para 18 (dezoito) o total de membros do CNJ.

Todavia, entendemos como mais adequado que a participação almejada dos magistrados da Justiça Militar na composição do CNJ se dê por intermédio de 2 (dois) magistrados e não 3 (três), um primeiro representando a Justiça Militar da União, indicado pelo seu órgão de cúpula, o STM. E um segundo, representando a Justiça Militar estadual ou do DF, indicado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Acreditamos que com tal participação a Justiça Militar passará a ter presença adequada no CNJ. Cabe atentar, a propósito, que, nos termos da redação original da presente PEC, o CNJ passaria a ter uma composição de 18 (dezoito) membros, portanto um número par, o que deve ser evitado nos órgãos colegiados, pois aumenta a possibilidade de que as deliberações terminem empatadas.

Com o ajuste efetuado pela emenda que ora estamos submetendo aos nossos ilustres Pares, a composição do CNJ passaria de 15 (quinze) para 17 (dezessete), ficando mantido o desejável número ímpar de conselheiros. Cabe também lembrar que um número menor de conselheiros resulta em menos custos para o erário e para os contribuintes.

Por outro lado, cumpre observar que não existe vínculo entre a Justiça Militar federal e a estadual, inclusive em matéria recursal, pois das decisões da justiça militar estadual cabem recursos ao Superior Tribunal de Justiça e ao STF, mas não ao STM. Daí porque estamos na emenda apresentada estamos propondo que o magistrado da Justiça Militar estadual

ou do Distrito Federal seja indicado pelo STF e não pelo STM, como consta do texto original da proposição.

Como a função do CNJ é de controle externo do Poder Judiciário, com a representação do ramo especializado militar da Justiça federal e da estadual o segmento estará bem representado, pois cada um dos ramos conhece a área de sua especialização, fazendo com que o controle externo seja de fato efetivo.

Assim, o acréscimo de membros da Justiça Militar como ora proposta trará equilíbrio na representatividade do CNJ, propiciando que cada ramo da Justiça Militar, o da União e o dos Estados e DF, tenham representação paritária no Conselho, recordando que as atribuições constitucionais das Forças Armadas são diferentes das atribuições das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares.

Acreditamos, enfim, que com a aprovação da presente PEC, com a emenda substitutiva que ora apresentamos, o Congresso Nacional estará aperfeiçoando a composição e as relevantes funções do CNJ.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade formal e material da PEC nº 4, de 2023, por sua juridicidade e regular tramitação regimental e voto, quanto ao mérito, por sua aprovação, nos termos do seguinte Substitutivo:

EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 2023

Altera o art. 103-B da Constituição Federal para incluir magistrados da Justiça Militar na composição do Conselho Nacional de Justiça.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º O art. 103-B da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 103-B.** O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 17 (dezessete) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

.....
 III-A - um magistrado da Justiça Militar da União, indicado pelo Superior Tribunal Militar;

.....
 IX-A - um magistrado da Justiça Militar estadual ou do Distrito Federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

..... (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator